

2 MERCADO DE TRABALHO

SUMÁRIO

Ao longo dos primeiros meses de 2014, o mercado de trabalho revela um cenário de acomodação, que conjuga estabilidade da taxa de desemprego em baixo patamar e desaceleração da ocupação, decorrentes do crescimento mais moderado da economia brasileira.

Em abril de 2014, a taxa média de desemprego no Brasil ficou em 4,9%, recuando 0,9 ponto percentual (p.p.) em relação à observada em abril de 2013 e mantendo-se estável na margem. Entretanto, deve-se ressaltar que, conforme vem ocorrendo desde o último trimestre do ano passado, o fator preponderante para a queda do desemprego não tem sido a expansão da ocupação, mas sim o comportamento da população economicamente ativa (PEA). Após encerrar o ano de 2013 com alta de 0,7%, atingindo um resultado bem inferior aos observados nos anos anteriores – média de 2,6% de crescimento no triênio 2010-2012 –, a população ocupada, medida pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), desacelerou ainda mais no primeiro quadrimestre de 2014, apresentando variação nula. Esta trajetória descendente da ocupação, todavia, foi mais que compensada pelo comportamento da PEA, que aponta retração de 0,7% nos quatro primeiros meses de 2014 quando comparada ao mesmo período de 2013.

Em sentido contrário ao nível de ocupação, os rendimentos reais voltaram a apresentar aceleração nas suas taxas de crescimento nos primeiros meses do ano. De janeiro a abril de 2014, os rendimentos reais habitualmente recebidos registraram variação de 3,2%, alcançando um patamar bem superior ao observado durante o ano de 2013, quando apontaram alta de 1,7%. Esta elevação dos rendimentos reais anulou os efeitos da retração da ocupação e proporcionou uma expansão de 3,2% da massa salarial real, contribuindo para o aumento do poder de compra das famílias.

Em linha com o comportamento da população ocupada na PME, as estatísticas mais recentes revelam uma queda no ritmo de geração de vagas no mercado formal da economia, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Depois de apresentar indícios de recuperação no primeiro bimestre do ano, o saldo de criação de empregos com carteira voltou a desacelerar. Em maio, o CAGED registrou o pior resultado para este mês desde 1992, e no acumulado dos últimos doze meses foram criados 664,7 mil postos de trabalho, configurando a terceira queda consecutiva deste indicador. Ainda de acordo com o CAGED, o principal segmento responsável pela geração de novas vagas continua sendo o setor de serviços, que, em maio, gerou 66% do total de novos empregos.

Em contraposição, a indústria de transformação extinguiu 28,5 mil empregos com carteira assinada no mês. Este mesmo quadro de enfraquecimento do emprego na indústria é verificado por meio da análise da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes). Segundo a Pimes, nos últimos doze meses, até maio, o pessoal ocupado na indústria de transformação e o número de horas pagas apresentaram retração de 1,5%, condizente com a queda de 3,0% da produção industrial. Na contramão do nível de emprego, a folha de pagamento real na indústria registra alta de 2,7% no período de maio de 2013 a abril de 2014, repercutindo em grande parte os reajustes salariais obtidos no primeiro quadrimestre deste ano. No entanto, como o crescimento dos salários reais não está sendo acompanhado por ganhos de produtividade, o custo da mão de obra vem se elevando gradativamente.

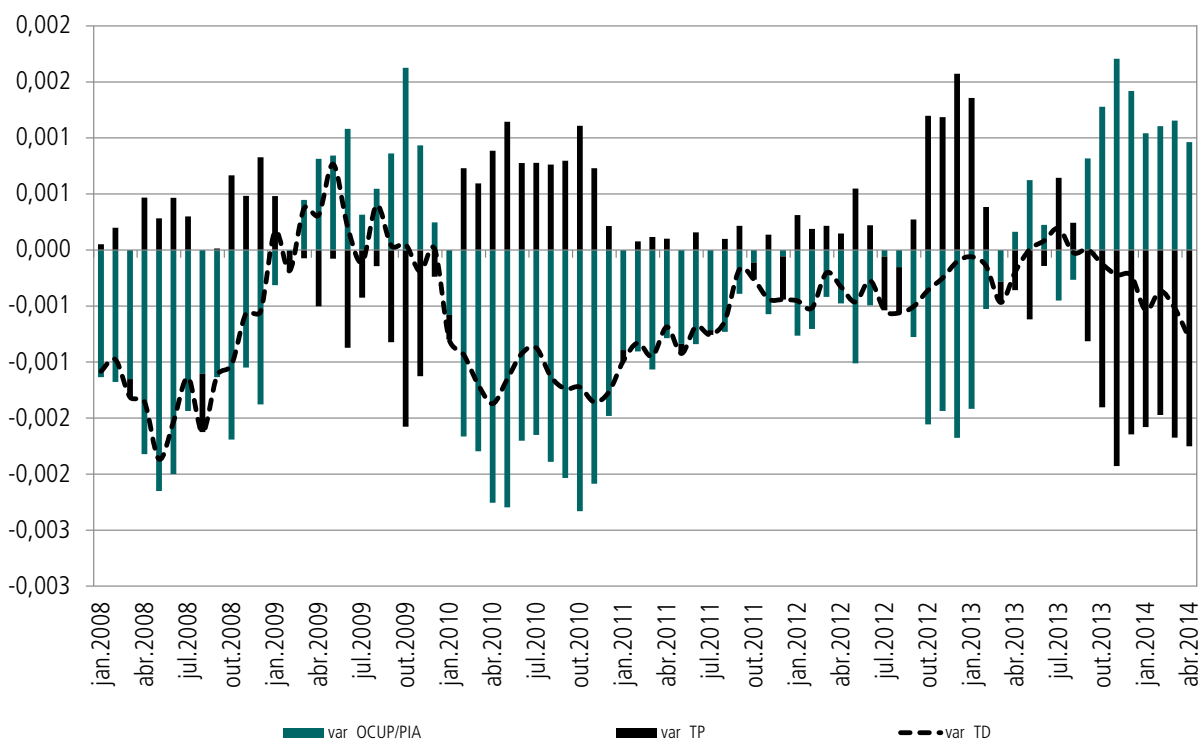
A tendência para os próximos meses é de relativa estabilidade do mercado de trabalho, dada a trajetória de crescimento mais modesto da economia brasileira que vem se configurando. Este cenário de baixa ociosidade, por conseguinte, impedirá um recuo mais expressivo no ritmo de crescimento dos salários, que continuarão a contribuir positivamente para a expansão da massa salarial. No entanto, como contrapartida deste movimento de alta de reajustes, a elevação do custo unitário do trabalho deverá exercer uma pressão adicional sobre a inflação.

TAXA DE DESEMPREGO

De acordo com os dados da PME, a taxa de desocupação registrou variação de 4,9% em abril, mostrando estabilidade em relação a março, compatível com o ritmo de expansão da atividade econômica. Em que pese o fato de se manter em níveis historicamente baixos, o comportamento da desocupação ao longo dos últimos meses reflete a desaceleração da taxa de atividade da economia e não mais o crescimento da ocupação (gráfico 2.1).

GRÁFICO 2.1
Decomposição da variação da taxa de desemprego (2008-2014)

(Em p.p.)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

De fato, após apresentar uma taxa de crescimento de 0,7% em 2013, a população ocupada mantém-se estável em 2014. Em contrapartida, a taxa de atividade recuou 1,0 p.p. nos quatro primeiros meses do ano, quando comparados ao mesmo período de 2013, repercutindo a queda de 0,7% da PEA.

Essa retração da PEA vem estimulando uma série de análises na tentativa de se identificarem as causas deste processo. Utilizando-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, que coleta informações de todas as regiões do país, verifica-se que, após apresentar

crescimento interanual de 1,6% no primeiro trimestre de 2013, a taxa de expansão da força de trabalho¹ desacelerou para 1,0% no primeiro trimestre de 2014, nesta mesma base de comparação.

Na desagregação da força de trabalho por faixa etária, os grupos de trabalhadores de 14 a 18 anos e de 19 a 25 anos registraram, na comparação interanual, recuo de 9,8% e 2,6%, respectivamente, nos três primeiros meses de 2014, intensificando as quedas de 6,1% e 1,1% apontadas neste mesmo trimestre do ano anterior. No outro extremo da pirâmide etária, deve-se ressaltar que, apesar de apresentar uma expansão de 2,3% no primeiro trimestre de 2014 *vis-à-vis* o mesmo período de 2013, o conjunto de trabalhadores com mais de 60 anos desacelerou o seu ritmo de crescimento quando comparado à taxa de 4,5% observada nos três primeiros meses do ano anterior.

A explicação para essa retração nas taxas de crescimento da força de trabalho dos mais novos e dos mais idosos pode ser, em parte, atribuída à melhora na distribuição de renda no país, decorrente de três principais fatores: política de valorização do salário mínimo, reajustes reais de rendimentos e expansão de benefícios sociais.

No caso dos jovens, o aumento da renda domiciliar gera condições para que este contingente de trabalhadores possa trocar o mercado de trabalho pelos bancos escolares, a fim de se especializar e, conseqüentemente, reingressar na força de trabalho objetivando uma posição com maior remuneração. Por sua vez, no caso dos mais idosos, a opção por não retornar ao mercado está relacionada não só ao fato de terem os seus benefícios diretamente ligados ao salário mínimo, mas também à maior acessibilidade aos programas sociais (tabela 2.1).

TABELA 2.1
Força de trabalho por idade e grau de instrução – variação interanual (2013-2014)
 (Em p.p.)

	2013				2014
	Primeiro trimestre	Segundo trimestre	Terceiro trimestre	Quarto trimestre	Primeiro trimestre
14 a 17 anos	-6,1	-9,4	-10,7	-11,9	-9,8
18 a 24 anos	-1,1	-3,1	-2,3	-2,6	-2,6
25 a 39 anos	0,9	1,5	1,7	1,9	2,5
40 a 59 anos	4,0	2,6	2,8	2,7	1,9
60 anos ou mais	4,5	6,4	2,6	2,5	2,3
Sem instrução e menos de um ano	-18,0	-10,7	-2,7	1,6	-3,0
Ensino fundamental incompleto ou equivalente	1,6	-1,0	-3,0	-4,2	-4,4
Ensino fundamental completo ou equivalente	0,8	-0,6	1,3	2,2	1,8
Ensino médio incompleto ou equivalente	-3,8	-2,4	-0,5	0,7	3,8
Ensino médio completo ou equivalente	5,0	4,4	4,1	3,6	3,3
Superior incompleto ou equivalente	3,4	1,6	0,1	2,2	0,7
Superior completo	6,3	5,5	4,8	4,1	6,0
Total	1,6	1,0	1,1	1,0	1,0

Fonte: IBGE.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

Adicionalmente, a análise da força de trabalho por grau de instrução parece corroborar que pelo menos uma parte dos trabalhadores que saem do mercado pode estar, de fato, buscando maior qualificação. Na desagregação por níveis de estudo, verifica-se que, no primeiro trimestre de 2014, os grupos que apresentaram as menores taxas de crescimento, na comparação interanual, foram os

1. Por definição, na PNAD Contínua, a PEA é denominada força de trabalho.

dos trabalhadores com ensino fundamental incompleto (-4,43%), com um ano de instrução ou menos (-3,0%) e com curso superior incompleto (0,7%). Neste último segmento, há ainda bons indícios de que o aumento do prazo de carência e a queda dos juros do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)² tenham contribuído positivamente para a entrada ou o retorno deste contingente de pessoas às universidades.

Em maio, devido a problemas operacionais, o IBGE não conseguiu apurar os dados da PME para todas as seis regiões metropolitanas cobertas pela pesquisa, o que impossibilitou o fechamento da estatística agregada. No entanto, com base na análise a partir das quatro regiões divulgadas (Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo), é possível afirmar que a taxa de desocupação, em maio, deve se manter estável, na margem, mas abaixo do observado no mesmo mês de 2013, uma vez que apenas Recife mostrou aumento na comparação interanual (7,2% ante a 6,1%). O destaque positivo ficou por conta da desocupação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com queda de 1,8 p.p. na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Em termos nacionais, a análise dos dados da PNAD Contínua também mostra um quadro de queda da taxa de desocupação, ainda que, em nível, ela esteja acima da apontada pela PME. No primeiro trimestre de 2014, o percentual de desocupados no país era de 7,1%, abaixo, portanto, dos 8% registrados neste mesmo período de 2013. Em termos regionais, nota-se que a região Nordeste continua sendo a que apresenta o maior nível de desocupação (9,3%), sendo seguida pela região Norte (7,7%). No outro extremo, a região Sul registrou taxa de desemprego de 4,3% nos três primeiros meses do ano, bem abaixo das apontadas nas regiões Centro-Oeste e Sudeste (5,8% e 7,0%, respectivamente). Na comparação com o primeiro trimestre de 2013, todas as regiões apresentaram queda do contingente de desocupados.

RENDIMENTOS

Independentemente dos motivos que estejam desencadeando a desaceleração da força de trabalho, o resultado prático deste fenômeno é a manutenção de um mercado de trabalho marcado por baixa ociosidade, impactando, diretamente, a evolução dos rendimentos, que voltaram a acelerar nos últimos meses. Depois de registrarem alta de 1,7% em 2013, os rendimentos médios reais habitualmente recebidos avançaram 3,2% nos primeiros quatro meses de 2014, quando comparados ao mesmo período do ano anterior, a despeito de um reajuste real menor do salário mínimo no ano corrente.

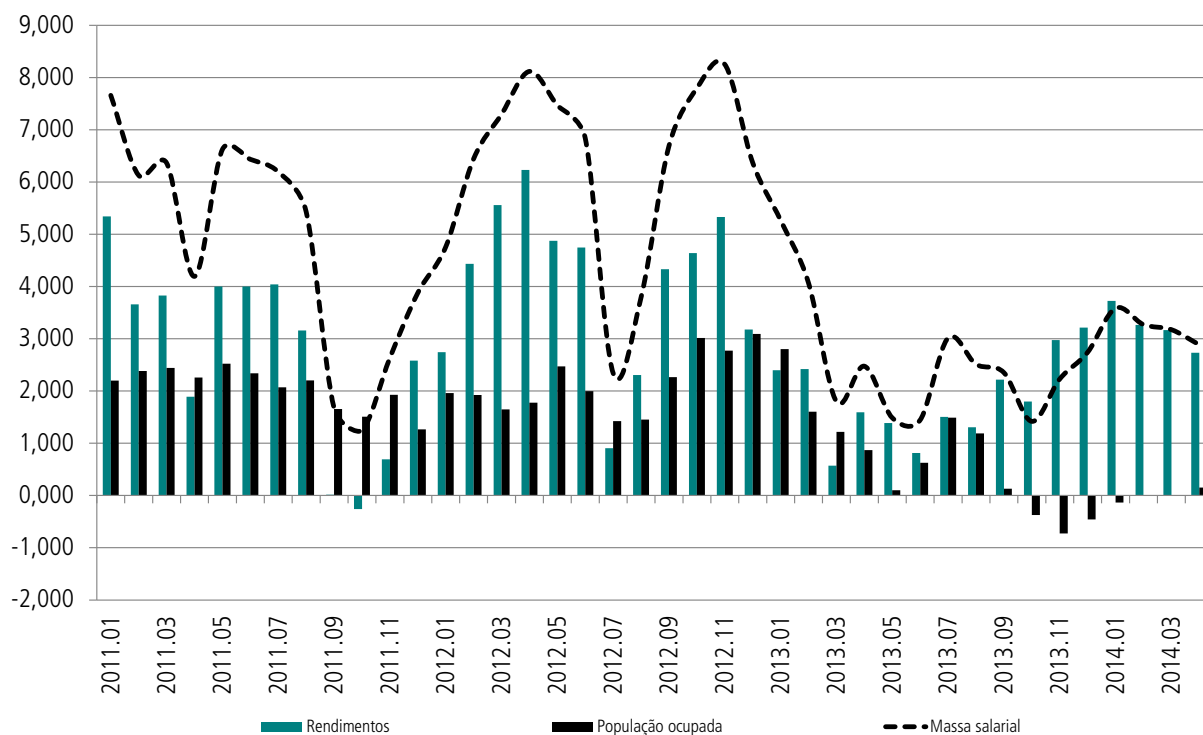
Em que pese a maior pressão sobre os custos da mão de obra na economia, os reajustes reais dos rendimentos são os principais responsáveis pela manutenção da expansão da massa salarial real, que vem impulsionando a demanda interna, ainda que a taxas mais modestas. De acordo com o gráfico 2.2, verifica-se que desde o último trimestre de 2013 a massa salarial habitualmente recebida cresce apenas em função da elevação dos rendimentos, uma vez que a ocupação praticamente se estabilizou.

2. Entre 2010 e 2013, os juros do Fies recuaram de 9,0% para 2,4% ao ano (a.a.).

GRÁFICO 2.2

Massa salarial real habitualmente recebida e componentes (2011-2014)

(Taxa de variação interanual, em %)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

EMPREGO FORMAL

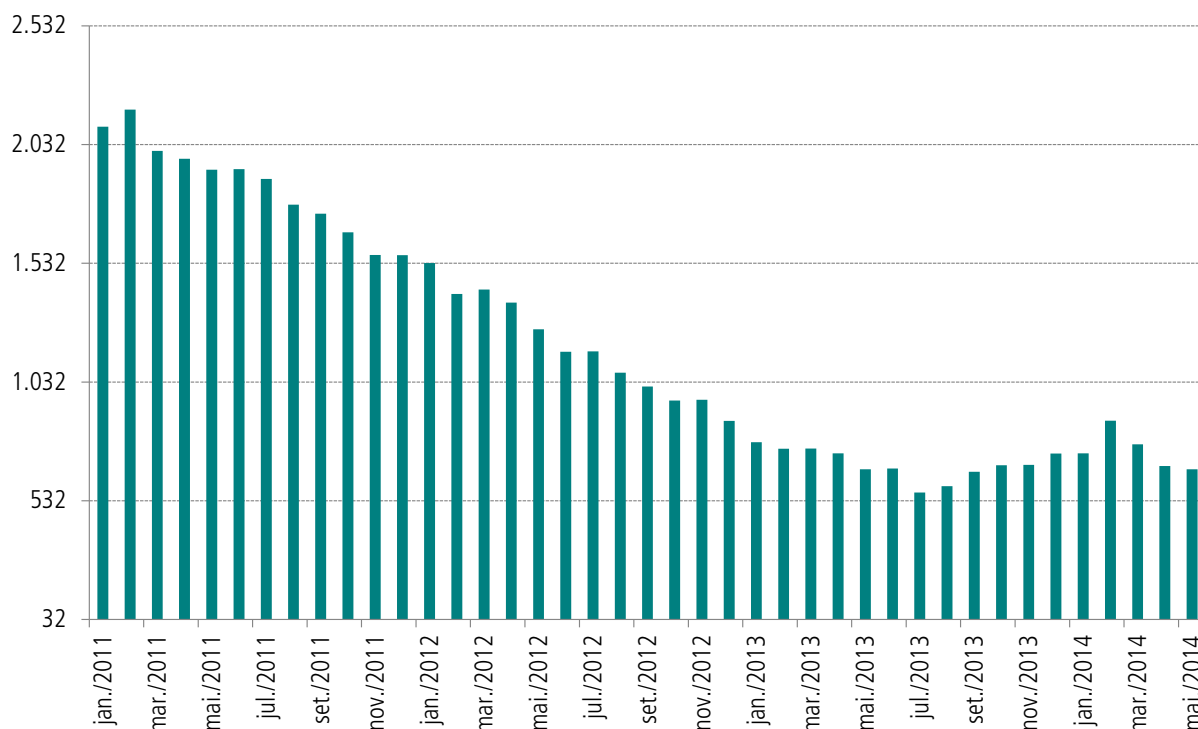
Assim como os dados da PME, que retratam um mercado de trabalho marcado pelo baixo dinamismo da ocupação, os dados do CAGED apontam nesta mesma direção ao registrarem desaceleração no ritmo de crescimento de novas vagas formais. Em maio, houve a criação de 58,8 mil vagas de emprego, o que constitui o pior resultado para este mês desde 1992. No acumulado do ano, até maio, o saldo de empregos gerados pela economia foi de 467,8 mil, o que significa uma queda de 12% em relação ao observado no mesmo período de 2013. Já no acumulado em doze meses, a criação de empregos formais desacelerou pela terceira vez consecutiva e recuou de 677,9 mil em abril para 664,7 mil em maio (gráfico 2.3).

Em termos desagregados, as estatísticas do CAGED revelam um cenário bem semelhante ao retratado pela PME, pontuado pela expansão do emprego no segmento de serviços e pela retração do número de vagas na indústria. Em maio, enquanto o setor de serviços gerou 38,8 mil novas vagas, a indústria perdeu 28,5 mil postos de trabalho. Com este resultado, observa-se que nos últimos doze meses a indústria de transformação extinguiu 11,4 mil vagas de trabalho formais, enquanto o setor de serviços criou 325,7 mil empregos com carteira assinada, o que corresponde a 49% do total de empregos gerados no período.

GRÁFICO 2.3

CAGED – saldos acumulados em doze meses (jan./2011-maio/2014)

(1.000 unidades)



Fonte: MTE.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

Em maio, o CAGED aponta que o número de trabalhadores com carteira assinada no país atingiu a marca de 41,1 milhões, entre os quais 42% estão lotados no setor de serviços, 22% no comércio e 21% na indústria. Para efeito de comparação, entre 2004 e 2014, enquanto a população ocupada no setor de serviços manteve-se estável, em torno de 40% do efetivo total, os trabalhadores na indústria de transformação reduziram a sua participação no mercado formal de 26% para 21%. Em contrapartida, nos últimos dez anos, o número de trabalhadores empregados na construção civil saltou de 4% para 7%, refletindo não só as obras de infraestrutura contidas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mas também a expansão da construção residencial no país.

EMPREGO INDUSTRIAL

Os dados da Pimes corroboram o cenário de estagnação do emprego na indústria ao longo dos últimos meses. De acordo com a pesquisa, o número de empregados na indústria de transformação apresentou recuo em maio, em todas as bases de comparação (tabela 2.2). De forma similar, o número de horas pagas na produção também registrou retração, compatível com o comportamento da produção industrial, cuja taxa de variação em maio foi negativa em 3,2% em comparação com o mesmo período de 2013.

Apesar dessa desaceleração do emprego na indústria, a folha de pagamento real continua apresentando expressivos incrementos ao longo dos últimos meses. De janeiro a abril de 2014, os salários totais pagos na indústria avançaram 3,9% diante do observado no primeiro quadrimestre do ano anterior. Esta trajetória ascendente dos salários industriais, mesmo em um contexto de queda

na ocupação, é reflexo de um mercado de trabalho com baixa ociosidade, cujos reajustes salariais observados nos demais setores da economia acabam contagiando os rendimentos pagos na indústria.

TABELA 2.2
Produção industrial mensal de emprego e salário (2013-2014)
(Variação %)

	Abr. 2014/mar. 2014 ¹	Abr. 2014/abr. 2013	Acumulado no ano	Em 12 meses
Pessoal ocupado assalariado				
Extrativa mineral	0,3	-1,0	-1,8	-0,7
Transformação	-0,4	-2,3	-1,8	-1,5
Número de horas pagas				
Extrativa mineral	-0,3	-2,1	-2,1	-0,3
Transformação	-0,3	-2,4	-2,2	-1,5
Folha de pagamento real				
Extrativa mineral	1,0	5,3	4,0	4,6
Transformação	0,6	3,0	3,9	2,7

Fonte: IBGE.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

Nota: ¹ Dados com ajuste sazonal.

PRODUTIVIDADE

Se, por um lado, os reajustes reais dos rendimentos do trabalho vêm proporcionando a expansão da massa salarial e, conseqüentemente, o consumo das famílias, por outro, o impacto sobre os custos de produção constitui um importante ponto de pressão inflacionária, pois não estão sendo acompanhados por ganhos de produtividade.

No caso da indústria de transformação, nota-se que, a despeito do crescimento do nível de produtividade³ nos últimos meses, este ainda se encontra defasado em relação ao aumento do custo da hora trabalhada acumulado nos últimos anos, o que pode estar comprimindo as margens de lucro e inviabilizando novos investimentos. Adicionalmente, mesmo em um cenário de crescimento mais moderado da demanda doméstica, uma parcela deste aumento nos custos de produção tende a ser repassada, em parte, para os consumidores, gerando uma aceleração da inflação dos bens de consumo (gráfico 2.4). Argumentos similares valem para o setor de serviços, cujos ganhos de produtividade⁴ no período recente revelam-se substancialmente inferiores ao crescimento dos salários (gráfico 2.5).

Por fim, deve-se ressaltar que, conforme demonstrado na literatura, os ganhos de produtividade guardam uma relação direta com a expansão da atividade econômica, indicando que não deve haver melhora significativa desta variável no curto prazo. Como consequência deste descolamento entre ganhos de produtividade e reajustes reais de rendimentos, observa-se não só uma pressão inflacionária, mas também uma perda de competitividade dos bens industriais produzidos domesticamente.

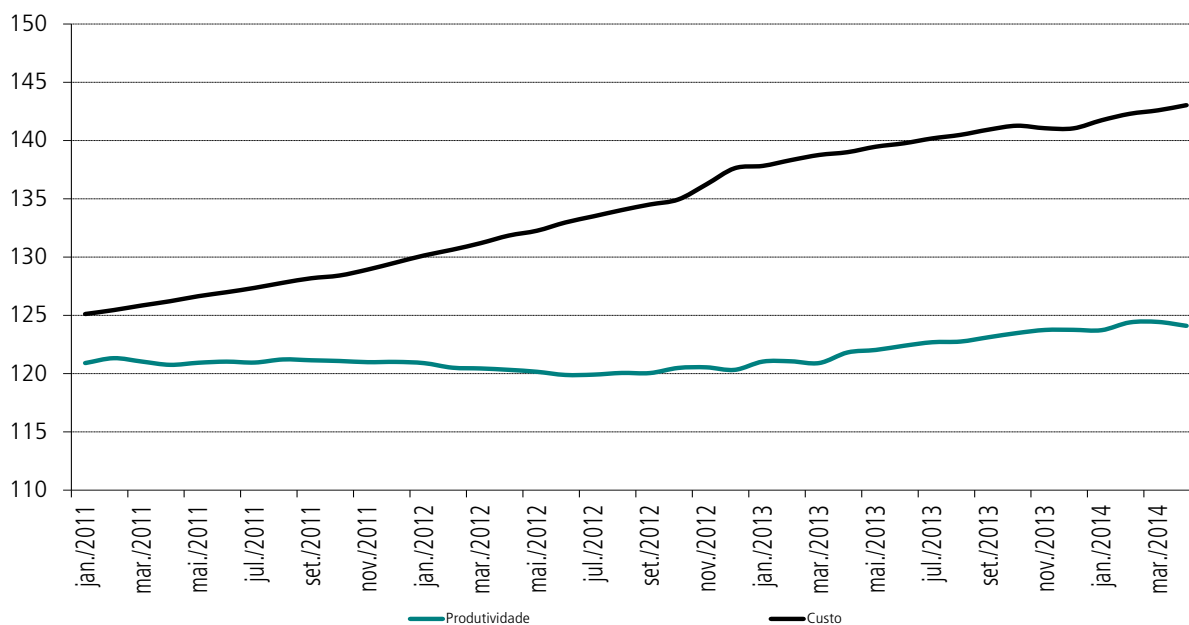
3. Os dados de produtividade para a indústria de transformação foram calculados com base na Pimes (horas trabalhadas e folha de pagamento real) e na Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF).

4. No caso da produtividade dos serviços, utilizaram-se o valor agregado disponível nas contas nacionais e os rendimentos reais divulgados pela PME.

GRÁFICO 2.4

Produtividade e custo da hora trabalhada na indústria de transformação (jan./2011-mar./2014)

(Índice 2003 = 100 – médias móveis de doze meses)



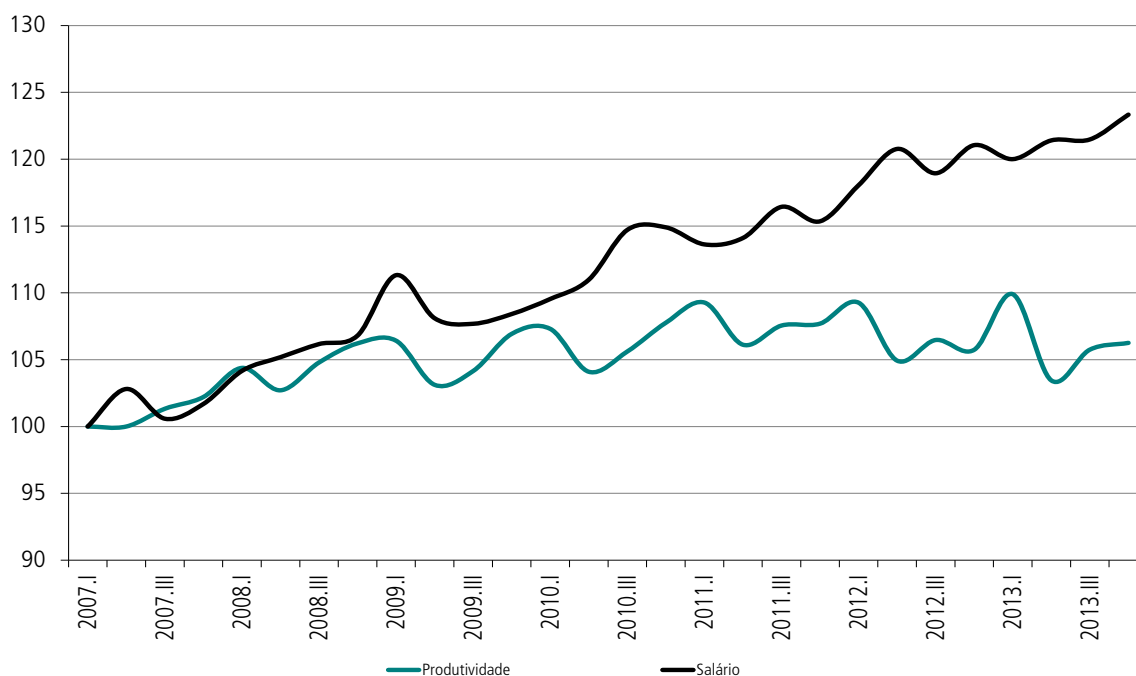
Fonte: IBGE.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.

GRÁFICO 2.5

Serviços totais – produtividade e salário (2007-2013)

(Índice-base 2007.1 = 100)



Fonte: IBGE.

Elaboração: Ipea/Dimac/Gecon.